

Empresa Santos Dumont de Energia S.A.
CNPJ nº 11.004.138/0001-85

Relatório da Administração

Aos acionistas: A Administração da ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A., em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis da Companhia relativos ao exercício de 2013, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar os esclarecimentos adicionais necessários.

A Companhia: A ESDE - Empresa Santos Dumont de Energia S.A. tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica e a participação em outras sociedades ou empreendimentos na qualidade de quotista ou acionista, parceiro em joint venture ou membro de consórcio, observados os limites do seu objeto social. Através do Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 - ANEEL, datado de 19 de novembro de 2009, celebrado com a

União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, foi outorgada à Companhia, a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, que consiste na manutenção e operação das instalações de transmissão compostas, segundo o contrato, pela "Subestação Santos Dumont, em 345/138 kV - 375 MVA, Entradas de Linha, Interligação de Barras, barramentos, compensador estático, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio." O contrato também alerta quanto à responsabilidade da Transmissora na "implementação dos dois trechos de linhas de transmissão de 345 kV, em circuitos simples com extensão aproximada de 1 Km cada trecho, comprometidos entre o ponto de seccionamento da Linha de Transmissão em 345 kV Barbacena 2 - Juiz de Fora 1 e a Subestação Santos Dumont, as Entradas de Linhas correspondentes na Subestação Santos Dumont e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações e adequações nas Entradas de Linhas das Subestações Barbacena 2 e Juiz de Fora 1".

Sistema de transmissão: O sistema da ESDE integrará a Rede Básica do Sistema

Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa de direito privado, sem fins lucrativos, entidade autorizada pelo Ministério de Minas e Energia - MME.

Desempenho econômico-financeiro: As demonstrações contábeis apresentadas estão em conformidade com o novo padrão contábil estabelecido pelo International Accounting Standards Boards - IASB, e de acordo com a Lei nº 11.638/07, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's). Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Diretoria

Balancos Patrimoniais

31 de Dezembro de 2013 e 2012

Ativo	31/12/13		31/12/12				(Em milhares de reais)	
					31/12/13	31/12/12		
Circulante								
Caixa e equivalentes de caixa	5	11.209	17					
Investimentos de curto prazo	5	-	11.679					
Títulos e valores mobiliários	6	1.215	-					
Contas a receber ativo financeiro	8	12.052	8.914					
Impostos a recuperar		288	1.152					
Estoques		18	-					
Adiantamento a fornecedores	7	299	4.508					
Outras contas a receber		10	8					
		25.091	26.278					
Não circulante								
Contas a receber ativo financeiro	8	75.068	54.465					
Outros ativos		32	7					
Imobilizado		181	1.425					
Intangíveis		36	14					
		75.317	55.911					
Total do ativo		100.408	82.189					
Passivo								
Circulante								
Empréstimos e financiamentos	9	3.229	1.885					
Fornecedores		7.291	3.169					
Tributos e contribuições sociais a recolher	10	265	23					
Dividendos a pagar		2.421	-					
Taxas regulamentares		164	-					
Outras contas a pagar		207	139					
		13.577	5.216					
Não circulante								
Empréstimos e financiamentos	9	31.661	30.138					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	2.516	1.952					
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	4.900	4.900					
		39.077	36.990					
Patrimônio líquido								
Capital social		38.291	38.291					
Reservas de lucro		9.139	1.692					
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		324	-					
Total do patrimônio líquido	13	47.754	39.983					
Total do passivo e patrimônio líquido		100.408	82.189					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	Reservas de lucros					Lucros acumulados	Total	(Em milhares de reais)	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Proposta de distrib. de dividendos adicionais					
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	34.291	20	362				34.673		
Aumento de capital	4.000	-	-	-	-	-	4.000		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.298	1.298		
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-		
Reserva legal	-	65	-	-	-	(65)	-		
Dividendos declarados	-	-	12	-	-	-	12		
Reserva de lucro do exercício	-	-	1.233	-	-	(1.233)	-		
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	38.291	85	1.607				39.983		
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	10.192	10.192		
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-		
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(2.421)	(2.421)		
Reserva legal	-	510	-	-	-	(510)	-		
Reserva de lucro do exercício	-	-	6.937	-	-	(7.261)	-		
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	13	38.291	595	8.544	324		47.754		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	31/12/13		31/12/12		(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)	
Receita operacional líquida	14	27.570	50.570			
Custo operacional						
Material e serviços de terceiros		(462)	-			
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(19)	-			
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		(15.573)	(47.527)			
Outras		(65)	-			
		(16.119)	(47.527)			
Lucro bruto		11.451	3.043			
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		11.451	3.043			
Despesas financeiras	15	(841)	-			
Receitas financeiras	15	414	-			
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		11.024	3.043			
Imposto de renda e contribuição social		(268)	-			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	(564)	(1.745)			
	16	(832)	(1.745)			
Lucro líquido do exercício		10.192	1.298			
Lucro por ação básico e diluído - R\$		0,27	0,03			
Quantidade de ações ao final do exercício (Lote de mil)		38.291	38.291			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	31/12/13		31/12/12		(Em milhares de reais)	
Lucro líquido do exercício		10.192	1.298			
Outros resultados abrangentes		-	-			
Total do resultado abrangente do exercício		10.192	1.298			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2013 e 2012

	31/12/13		31/12/12		(Em milhares de reais)	
Fluxos de caixa das atividades operacionais						
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		11.024	3.043			
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa						
Juros e variação monetária sobre empréstimos		1.674	23			
Receita de aplicações financeiras		(935)	(125)			
		11.763	2.941			
(Aumento) redução no ativo						
Contas a receber ativo financeiro		(23.741)	(50.570)			
Impostos a recuperar		864	(1.149)			
Adiantamentos a fornecedores		4.209	13.290			
Estoques		(18)	-			
Devedores diversos		(27)	16			
Aumento (redução) no passivo						
Fornecedores		4.122	2.527			
Tributos e contribuições sociais pagos		(26)	(105)			
Taxas Regulamentares		164	-			
Cretores diversos		68	62			
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(2.622)	(32.988)			
Fluxos de caixa das atividades de investimentos						
Resgate de aplicações financeiras		24.343	9.834			
Aplicações financeiras		(12.944)	(16.690)			
Aplicações no imobilizado		1.244	(1.049)			
Aplicações no intangível		(22)	(14)			
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos		12.621	(7.919)			
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos						
Integralização de capital		-	4.000			
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	4.900			
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil		4.326	32.000			
Amortização e pagamento de juros do financiamento		(3.133)	-			
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos		1.193	40.900			
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		11.192	(7)			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		17	24			
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		11.209	17			
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		11.192	(7)			
Informações adicionais						
Pagamento de imposto de renda		(35)	-			
Pagamento de Contribuição social		(41)	-			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

continua

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de Dezembro de 2013 e 2012

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE (a "Companhia" ou "ESDE") foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 22 de junho de 2009 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de geração de energia elétrica e transmissão comerciais. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 - 6º andar - Sala I - São Paulo - SP. A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente, a ANEEL e permitida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Contrato de concessão				
Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
25/2009	30	2039	10,75%	ÍPCPA

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória ANEEL 1.559/2013. Acrescida de PIS e COFINS, conforme definido contratualmente o valor será de R\$ 11.163. O Contrato de Concessão estabelece que a extinção da concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicada em nota explicativa específica. A Companhia opera exclusivamente no segmento de transmissão de energia elétrica.

2. REALIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão destas demonstrações contábeis da Companhia foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de fevereiro de 2014. **2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 compreendem as demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.2. Base de preparação e apresentação:** Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados. Os dados não financeiros incluem diversas demonstrações contábeis, seguros e meio ambiente, não foram cobertas pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Ativos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente: Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalentes de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade. Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, dos custos de transação não designados a valor justo por meio do resultado, nos casos de investimento que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. 3.1.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. 3.1.2. **Investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários e investimentos de curto prazo estão classificados como Valor Justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não teve nenhuma operação registrada no curto prazo e não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devêsse ter sido reconhecida no patrimônio líquido. 3.1.3. **Contas a receber - ativo financeiro:** De acordo com o ICPC 01 (R1), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão resultando na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. As contas a receber - ativos financeiros incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando o término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Provisó de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. 3.1.4. **Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros:** Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irre recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. 3.1.5. **Baixa de ativos financeiros:** A Companhia baixa seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o risco de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os fluxos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia mantenha substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação. **3.2. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. **3.3. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) proveniente de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como resultante e seu montante é apresentada na demonstração do resultado. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado. O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação. 3.3.1. **Provisões para litígios:** Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.4. Passivos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade. Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro a valor justo por meio do resultado; empréstimos e recebíveis, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado. A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Empréstimos e financiamentos: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como os outros custos de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os durante o processo de amortização de financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício, quando realizados. • Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e extenuável de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.6. Tributação:** 3.6.1. **Impostos sobre a receita de transmissão:** As receitas de transmissão estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%; • Esses tributos são deduzidos da receita de transmissão, os quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. 3.6.2. **Correntes:** A companhia está sob o regime de tributação pelo lucro presumido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado. 3.6.3. **Diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus

valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias prováveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **3.7. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou econômico seja de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores encobidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes ganhos e atualizações monetárias incorridas. **3.8. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante:** Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante. **3.9. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los com equidade ao longo do prazo. **3.10. Dividendos:** Os dividendos são registrados por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos. **3.11. Dividendos:** Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante. O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos por intermédios, que deverão estar respaldados em fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembleia geral ordinária. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra o saldo de lucro líquido como "reserva de retenção de lucros" no patrimônio líquido.

3.11. Taxas regulamentares: 3.11.1. **Reserva Global de Reversão (RGR):** Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP. 3.11.2. **Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE):** São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, em termos de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos. 3.11.3. **Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE):** Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a transmissão de energia elétrica equivalente a 0,4% da RAP. **3.12. Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado. 3.12.1. **Receita de transmissão de energia elétrica:** O valor da receita pode ser mensurado em segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema. As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura;
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão. E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:
 - Receitas de operação e manutenção;
 - Receitas de remuneração dos ativos da concessão.
- 3.12.2. **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado. **3.13. Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação, durante o exercício correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41. O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações. Para o cálculo do resultado diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição.

3.14. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: Julgamentos: A preparação das demonstrações contábeis da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adotadas premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas e ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Quando necessário, os julgamentos baseiam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adotou premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente e o curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. 3.14.1. **Perda por redução ao provável valor de recuperação de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o ativo contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolção. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos. 3.14.2. **Impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças dessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros, com base e despesa de impostos já registrada. A Companhia instituiu provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes. O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nivel de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. 3.14.3. **Valor justo de instrumentos financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros é determinado em mercados financeiros organizados e determinado com base nos preços de compra deduzidos do mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação. O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. 3.14.4. **Provisão para litígios:** A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, civis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A hierarquia da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.5. Instrumentos financeiros - apresentação líquida:** Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e extenuável de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerá quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/forço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação de desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas ocorrerá no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro. 3.14.7. **Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros:** A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento. 3.14.8. **Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura:** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (R1) e CPC 30 (R1). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura. 3.14.9. **Determinação das receitas de operação e manutenção:** Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estado de conclusão do contrato. **3.15. Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

4. PRONUNCIAMENTOS QUE ENTRARAM EM VIGOR EM 2013

Os pronunciamentos contábeis CPC 33 (R1), CPC 18 (R2), CPC 19 (R2), CPC 36 (R3), CPC 45, CPC 46, passaram a vigor em períodos iniciados após 01 de janeiro de 2013. Contudo, não causaram nenhum impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/13	31/12/12
Caixa e Bancos	33	17
Aplicações financeiras	11.176	—
	11.209	17
Investimento de Curto Prazo	31/12/13	31/12/12
Aplicações financeiras	—	11.679
	—	11.679

As aplicações financeiras possuem remuneração pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, em média, a 98,5% do CDI em 31 de dezembro de 2013, (100% do CDI em 31 de dezembro de 2012). Referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de investimento em renda fixa. As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 possuem liquidez imediata, em vencimento na data do balanço patrimonial e igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e não possuem risco de variação significativa do valor em caso de resgate antecipado, tendo sido desta forma classificadas como caixa e equivalentes de caixa, o que não ocorreu em 31 de dezembro de 2012.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia manteve saldo de R\$ 1.215 referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES.

7. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

Como prática comercial e financeira a empresa adianta valores aos fornecedores baseada nas medições indicadas pelo avanço das obras devidamente certificadas pela sua área técnica. Em 31 de dezembro de 2013 a companhia registrou um saldo de R\$ 299 (R\$ 4.508 em 2012).

8. CONTAS A RECEBER - ATIVO FINANCEIRO

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da ESDE e, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: a) Parte através da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão; b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

	31/12/13	31/12/12
Saldo em 31 de dezembro de 2011	12.809	
Receita de Remuneração dos ativos da concessão	3.043	
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	47.527	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	63.379	
Receita de operação e manutenção	546	
Receita de Remuneração dos ativos da concessão	11.793	
Receita de infraestrutura	15.573	
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(8.171)	
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	87.120	
Contas a receber ativo financeiro - circulante	12.052	
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	75.068	
Total circulante e não circulante	87.120	

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	31/12/13	31/12/12		
	Circulante	Não circulante	Total	Total
	Encargos	Princpal		
BNDES (a)	14	1.583	12.267	13.864
BNDES (b)	64	1.572	19.394	21.029
	78	3.155	31.661	34.896
				32.023

(a) Em dezembro 2012 a Companhia captou o valor R\$14.600, os encargos correspondem a juros de 2,5% ao ano. A quitação ocorre em 113 prestações mensais, com vencimentos finais em setembro de 2022. (b) A Companhia captou o valor R\$17.400 em dezembro de 2012, R\$ 3.892 em agosto de 2013 e R\$ 246 em dezembro de 2013, os encargos correspondem a TJLP, acrescida de juros de 2,08% ao ano. A quitação ocorre em 168 prestações mensais, com vencimentos finais em abril de 2027. Os financiamentos tem como garantia a cessão fiduciária dos direitos creditórios do contrato, o penhor das ações da empresa detidas pela ETEP, além da constituição de conta reserva. Os acordos com o BNDES atrelam a conta reserva do serviço da dívida (aplicações financeiras em garantia da dívida) à manutenção de certo Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). Conforme essas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a Companhia não atingiu o limite mínimo do ICD de 1,30, tendo efetuado o complemento da conta reserva em mais três parcelas equivalentes à última amortização e juros, de forma antecipada as condições estabelecidas contratualmente. Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos a longo prazo são como segue:

2015	3.155
2016	3.155
2017	3.155
2018	3.155
2019 até 2027	19.041
	31.661

10. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

Passivo circulante	31/12/13	31/12/12
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	116	1
PIS e Cofins	39	—
Contribuição social - CSLL	50	—
Outros	60	22
	265	23

Passivo não circulante	31/12/13	31/12/12
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	2.516	1.952
Imposto de renda e contribuição social diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos, decorrem substancialmente do reconhecimento dos contratos de concessão conforme o ICPC 01 (R1) e OCPC 05 e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício.		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	207	
Imposto diferido reconhecido no resultado	1.745	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.952	
Imposto diferido reconhecido no resultado	564	
Saldo em 31 de Dezembro de 2013	2.516	

11. PROVISÃO PARA LITÍGIOS

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificados como "possível" e diante desse pressuposto, não procedem pela Companhia, a qualquer provisão de valores em conformidade com os normas de contabilidade de 2012. Em 31 de dezembro de 2013 a valor envolvido estimado foi de R\$ 24, em processo regulatório. No exercício de 2012 o valor envolvido estimado foi de R\$ 34, em processos trabalhistas.

12. ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia manteve saldo de adiantamento para futuro aumento de capital recebidos da ETEP (Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A.) no montante de R\$ 4.900 a serem capitalizados.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social: o capital social integralizado em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 38.291, representado por 38.291.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

Contador:

Claudio Luiz Pinto de Barros - CRC TSP195071/O-4

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

	Quantidade de ações		
	Integralizadas	% do capital	
	Ordinárias	Votante	Total
Empresa Saneamento de Trans. de Energia S.A.	38.290.991	99,999976%	99,999976%
Membros do Conselho de Administração	9	0,000024%	0,000024%
	38.291.000	100,000000%	100,000000%

13.2. Reserva de lucro: 13.2.1. **Reserva legal:** A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. 13.2.2. **Reserva retenção de lucros:** Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2013, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros. **13.3. Dividendos propostos:** A Companhia registrou distribuição de dividendos mínimos exigidos pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido após a apropriação da Reserva Legal).

	2013
Lucro líquido do exercício	10.192
Constituição da reserva legal	(510)
Base de cálculo de dividendos	9.682
Reserva de lucros retidos	(6.937)
Dividendos mínimos obrigatórios	(2.421)
Destinação para dividendos	324

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A Receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	31/12/13	31/12/12
Receita operacional bruta	27.912	50.570
Receita de operação e manutenção	546	
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	15.573	47.527